



FGV DIREITO SP
FGV LAW

PÓS-GRADUAÇÃO EM PROCESSO CIVIL

1º SEMESTRE DE 2024

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
LATO SENSU (FGV LAW)

Apresentação

A **Pós-Graduação em Processo Civil** tem por objetivo desenvolver habilidades para atuação na área de prevenção e resolução de conflitos (contencioso cível, arbitragem, mediação, negociação, entre outras formas) a partir de uma visão dinâmica, estratégica e multifacetada da realidade jurídica.

O curso oferece uma visão complexa da resolução de conflitos, abordando-a a partir de diferentes perspectivas: intersecção entre o direito público e o direito privado, conflitos envolvendo múltiplas partes, contratos complexos e coligados, múltiplos procedimentos e jurisdições, contraposição entre o direito doméstico e o direito internacional e a relação entre variáveis econômicas, políticas e jurídicas na tomada de decisão.



Público-alvo

Graduados(as) em Direito com experiência em processo civil ou em prevenção e resolução de conflitos.



Metodologia

O FGV LAW enfatiza o uso de metodologias participativas de ensino, que colocam o(a) aluno(a) no centro do processo de aprendizagem. As disciplinas mesclarão aulas com exposição dialogada, discussão de casos, exercícios aplicados e simulação de situações concretas. A discussão em torno de casos e decisões judiciais e arbitrais também será uma constante ao longo do curso.



Realização

Carga horária: 432 horas-aula

Duração: 3 semestres

Data de início: 18/03/2024

Dias da semana: Segundas e terças-feiras

Horário: Das 19h às 22h40

Modalidade de oferta: *Blended* (aulas presenciais e em ambiente virtual integralmente ao vivo, conforme estrutura do curso)

Importante: Se necessário, o Programa de Pós-Graduação Lato Sensu (FGV LAW), poderá alterar o calendário original do curso.

Reposições de aula (estipuladas pela Instituição), monitorias acadêmicas ou quaisquer outros eventos relacionados ao curso serão agendados preferencialmente de forma remota e às sextas-feiras, no horário noturno.

*As aulas das disciplinas presenciais estão previstas para serem ministradas nas instalações da Fundação Getúlio Vargas, em uma das unidades da FGV SP. Esclarecemos, no entanto, que a depender da situação sanitária do país, há a possibilidade de o curso migrar temporariamente para o ambiente virtual, com aulas síncronas.

Estrutura do Curso

Alinhado às necessidades do mercado, o curso é estruturado por um conjunto de disciplinas que, ao mesmo tempo, reforça o repertório técnico e estimula o desenvolvimento de competências que capacitam o(a) aluno(a) a identificar problemas e criar soluções estratégicas a partir de um enfoque interdisciplinar. O programa é composto por disciplinas obrigatórias específicas da área escolhida conjugadas com disciplinas optativas que visam ao aprimoramento das habilidades necessárias para o atual mercado de trabalho jurídico.

O curso é ofertado na modalidade *blended*, com aulas integralmente ao vivo. Durante dois semestres as aulas são ministradas presencialmente (previstas nas instalações da Fundação Getúlio Vargas, em uma das unidades da FGV na Bela Vista – São Paulo/SP), e no terceiro semestre os professores da FGV ministram suas aulas em ambiente virtual.

A FGV utiliza desde 2016, para as aulas em ambiente virtual, uma plataforma largamente utilizada em âmbito corporativo e acadêmico em diversos países, capaz de oferecer uma experiência de ensino dinâmica


mesmo sem a proximidade física entre docente e turma. A plataforma traz ferramentas modernas de colaboração como salas simultâneas para aplicação de dinâmicas, enquetes, compartilhamento de conteúdo em tela, entre outras funcionalidades que, além de humanizarem a comunicação em um ambiente virtual, permitem aos(as) docentes o uso de metodologias participativas.



Disciplinas Presenciais

Teoria Crítica do Processo	Instituições de Direito Processual: Postulação e Defesa	Instituições de Direito Processual: Instrução e Decisão	Disciplina de Competências (optativa)
Mediação e Conciliação	Arbitragem	Litigiosidade Repetitiva e Precedentes	Disciplina de Competências (optativa)

* Sujeito a alterações



Disciplinas Virtuais

(aulas ao vivo)

Cumprimento das Decisões Judiciais e Processo de Execução	Contencioso Estratégico Empresarial	Disciplina de Competências (optativa)
Recursos e Outros Meios de Impugnação das Decisões Judiciais	Advocacia nos Tribunais Superiores	Disciplina de Competências (optativa)

* Sujeito a alterações

Disciplinas Obrigatórias

Mediação e Conciliação (32 horas-aula)

O objetivo da disciplina é (I) discutir criticamente os institutos da mediação e da conciliação (meios consensuais), tanto no âmbito do Judiciário e do processo judicial, quanto na esfera privada; (II) desenvolver habilidades e se apropriar de práticas próprias dos meios consensuais, seja para atuação como terceiro (mediador(a)/conciliador(a)), seja como advogado(a) envolvido(a) em uma mediação/conciliação; e (III) ter contato com tendências e perspectivas próprias desses meios para fomentar o seu uso em situações em que se mostrem mais adequados do que o processo judicial ou a arbitragem.

Temas que poderão ser abordados na disciplina:

- Mediação e conciliação no CPC/2015, na Lei de Mediação e nas políticas judiciárias;
- Princípios e regras da mediação e da conciliação;
- Etapas e técnicas da mediação;
- Diferentes abordagens: Mediação de Harvard, transformativa e narrativa;
- Outras ferramentas: Justiça restaurativa, justiça sistêmica e comunicação não violenta;
- O papel do(a) advogado(a) na mediação e na conciliação;
- Consensualidade no processo: Mediação e negócio jurídico processual e saneamento compartilhado;
- Perspectivas da mediação privada.

- Desenho de solução de disputas;
- A mediação e a conciliação de demandas repetitivas.

Teoria Crítica do Processo (32 horas-aula)

O objetivo desta disciplina é busca promover análise crítica do direito processual com foco em: (I) desenho institucional e organização do sistema de justiça brasileiro: sujeitos, papéis e funcionamento; (II) relação entre conflito e processo: diferentes formas de gestão e de composição; (III) processo civil comparado: análise de diferentes modelos processuais; (IV) reformas processuais e CPC: o fio condutor - onde estamos e para onde vamos? Busca-se desenvolver junto ao(a) aluno(a) a capacidade de reinterpretar e ressignificar as definições dos principais institutos de direito processual, de modo a compreender as possibilidades dispostas no sistema processual e estabelecer estratégias de litigância a partir disso.

Temas que poderão ser abordados na disciplina:

- Reformas processuais e o CPC: O fio condutor. Onde estamos e para onde vamos?
- O direito processual e as instituições brasileiras. O papel das cortes;
- Desenho institucional e organização do sistema de justiça brasileiro: Atores, arranjos e funcionamento;
- Poder Judiciário brasileiro e a morosidade processual: "Eficientismo" e "garantismo";
- Relação entre conflito e processo: Diferentes formas de gestão e de composição. Litígio estratégico e escolha da forma adequada de solução de conflitos. Forma e flexibilização das normas processuais;
- Acesso à justiça e tutela jurisdicional justa: Custos, limitações, filtros processuais e relação entre demandas individuais e coletivas;
- Cortes superiores e precedentes. Requisitos de admissibilidade e a persistência da jurisprudência defensiva. Poderes do relator e sistema de precedentes.

Arbitragem (32 horas-aula)

O objetivo da disciplina é capacitar o(a) advogado(a) em habilidades e competências relacionadas com a prática da advocacia na arbitragem, desde a celebração da convenção de arbitragem, passando pela condução da arbitragem até a prolação da sentença arbitral.

Temas que poderão ser abordados na disciplina:

- Fundamentos da arbitragem: Convenção de arbitragem, árbitro e regras procedimentais. Arbitragem e contencioso judicial: Ambientes distintos que demandam técnicas e conhecimentos distintos;
- Convenção de arbitragem: Conceito, tipologia, efeitos e requisitos legais. Técnicas de redação de cláusulas arbitrais. Como evitar cláusulas arbitrais patológicas?
- Autonomia da cláusula arbitral e competência-competência. Leis aplicáveis e o papel da sede;
- Intersecções entre arbitragem e processo judicial. Contencioso pré-arbitral. Carta arbitral. Como lidar com medidas antiarbitragem? Conflito de competência entre árbitro e juiz;
- Como preparar o Requerimento de Arbitragem, resposta e objeções jurisdicionais? Técnicas de redação de peças processuais na arbitragem;
- Termo de arbitragem, procedimento arbitral e gerenciamento de casos;
- Produção de provas na arbitragem (prova documental, oral e pericial). Preparação para a audiência de instrução: exposição oral e técnicas de inquirição de testemunhas na arbitragem;
- A sentença arbitral: requisitos legais. Ação de anulação da sentença arbitral. Cumprimento e execução de sentenças arbitrais (domésticas e estrangeiras).

Instituições de Direito Processual: Postulação e Defesa (32 horas-aula)

O objetivo da disciplina é fazer com que os(as) alunos(as) compreendam e possam debater as principais questões que envolvem os temas fundamentais de processo civil. Trata-se de módulo inicial que serve de base teórico-prática para as demais disciplinas do curso. Por fim, busca-se fazer com que os(as) alunos(as) identifiquem a fundamental importância destes temas fundamentais para a prática do processo civil e possam aplicá-los, moldando seu raciocínio a partir daí. O foco dessa primeira disciplina são os temas ligados às fases postulatória e saneadora do processo.

Temas que poderão ser abordados na disciplina:

- A quem devo me dirigir? Sistema multiportas, jurisdição e competência;
- Ação e demanda: Elementos e condições;
- Fungibilidade, flexibilidade e adaptabilidade processual. Pressupostos e atos processuais: Nulidade, aproveitamento;
- Negócio jurídico processual;
- Os terceiros e o processo;
- Postulação;
- Defesa;
- Saneamento compartilhado.

Instituições de Direito Processual: Instrução e Decisão (32 horas-aula)

Trata-se de disciplina sequencial à primeira e também serve como base teórico-prática para as demais disciplinas do curso. Nesse sentido, busca-se fazer com que os(as) alunos(as) identifiquem a fundamental importância destes temas fundamentais para a prática do processo civil e possam aplicá-los. O foco dessa segunda disciplina são os temas ligados às fases instrutória e decisória do processo, abordando, inclusive, a questão da imutabilidade das decisões judiciais.

Temas que poderão ser abordados na disciplina:

- A prova em juízo: Teoria geral da prova e provas em espécie;
- Sentença e seus capítulos;
- Coisa julgada: Imutabilidade ou relativização?
- Ação rescisória;
- Ação anulatória;
- Tutelas provisórias;
- Tutela inibitória.

Litigiosidade Repetitiva e Precedentes (32 horas-aula)

Esta disciplina busca estudar o cenário atual de litigância repetitiva e analisar a forma como o sistema de justiça lida com o excesso de demandas, em três eixos: (I) diagnóstico da litigância repetitiva e suas características; (II) análise crítica das técnicas processuais para equacionamento da litigância repetitiva; (III) análise crítica das técnicas de precedentes para o tratamento da litigância repetitiva. Busca-se desenvolver junto ao(à) aluno(à) a capacidade de orientar clientes no contexto de litigância de massa e atuar em processos que se desenvolvam sob as técnicas de tratamento da litigância repetitiva, estabelecer a distinção entre técnicas de gestão de volume de processos e de estabelecimento de precedentes e suas

finalidades, e explorar as possibilidades do sistema processual para a defesa dos interesses de seus representados.

Temas que poderão ser abordados na disciplina:

- Litigiosidade repetitiva no Brasil: Atores, causas, custos, características e impactos;
- Direito do consumidor, direito bancário e os grandes litigantes privados. Litigantes habituais e eventuais na litigiosidade repetitiva;
- Contencioso de massa e Juizados Especiais: Acesso à justiça;
- Técnicas processuais de tratamento da litigância repetitiva: Mecanismos de julgamento agregado de demandas e formação de precedentes (arts. 332, 311, 932, 976 e 1.036, do CPC, arts. 103-A e 102, §3º da CF/88) e o incidente de resolução de demandas repetitivas do NCPC;
- Técnicas processuais de tratamento da litigância repetitiva: Processo coletivo e sua relação com as demandas individuais. O incidente de coletivização do Projeto de Lei 8058/2014;
- Os grandes litigantes públicos: Execuções fiscais e direitos sociais. O litígio estratégico de interesse público;
- O litígio estratégico de massa;
- A gestão judicial no contencioso de massa. As técnicas informais;
- Incidente de assunção de competência (IAC).

Recursos e outros Meios de Impugnação das Decisões Judiciais (32 horas-aula)

O objetivo dessa disciplina é fornecer ao(à) aluno(a) habilidades e competências relacionadas ao atual sistema dos meios de impugnação das decisões judiciais, permitindo-o(a) utilizar com segurança os vários recursos e meios de impugnação presentes no Código de Processo Civil. A disciplina tem como foco principal os recursos nos tribunais de segundo grau, tendo em vista que há disciplina voltada aos recursos nos tribunais superiores.

Temas que poderão ser abordados na disciplina:

- Introdução aos meios de impugnação das decisões judiciais: Recursos, ações autônomas de impugnação e sucedâneos recursais. Teoria geral dos recursos. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito nos recursos. Pressupostos de admissibilidade dos recursos e princípio da primazia do julgamento de mérito;
- Decisões judiciais sujeitas a recurso. Efeitos dos recursos. Recurso adesivo e recurso de terceiro prejudicado. Renúncia e desistência do recurso. Honorários de sucumbência recursal, multas e o desestímulo à interposição de recursos;
- Apelação;
- Agravo de instrumento;
- Embargos de declaração. Agravo interno;
- Ordem dos processos no tribunal: Distribuição, poderes do relator, composição da turma julgadora, possibilidade de sustentação oral, técnica de julgamento não unânime, julgamento virtual. Uso estratégico da jurisprudência e do sistema de precedentes judiciais nos recursos. Sessão de julgamento simulado;
- Sucumbências recursais: reclamação, mandado de segurança e outros.

Advocacia nos Tribunais Superiores (32 horas-aula)

A disciplina tem por objetivo instruir e capacitar o(a) discente para o exercício eficiente da advocacia privada perante os principais Tribunais Superiores do Brasil: o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal. Com esse propósito, disciplina tem objetivos pedagógicos de (a) desenvolver habilidades

específicas, tanto escritas quanto orais, para a prática da advocacia nos Tribunais Superiores, (b) capacitar o(a) aluno(a) para levar em conta e manejar técnicas e ferramentas de ordem institucional para a advocacia nos Tribunais Superiores, (c) capacitar o(a) aluno(a) a manejar técnicas, conceitos e ferramentas processuais perante os Tribunais Superiores, à luz do CPC; e (d) desenvolver habilidades e técnicas de ordem argumentativa, orais e escritas, para a advocacia eficiente nos Tribunais Superiores.

Temas que poderão ser abordados na disciplina:

- O papel e a utilidade dos tribunais superiores para a advocacia privada à luz do CPC;
- Advocacia eficiente nos tribunais superiores: Conhecendo meu interlocutor: As instituições, seu funcionamento e seus membros;
- Recursos Especial e Extraordinário: Sua correta interposição. Superando barreiras à entrada: reexame de fatos e provas, interpretação de cláusulas contratuais, prequestionamento, repercussão geral;
- Superior Tribunal de Justiça: A interpretação da lei federal e a justiça no caso concreto. Recurso especial, agravo em recurso especial, agravo interno e medidas de urgência;
- Supremo Tribunal Federal: Órgão e modelo de controle de constitucionalidade em transformação;
- Reclamação no atual Código de Processo Civil. Posicionamento dos Tribunais Superiores;
- Demais veículos recursais e originários relevantes de advocacia privada nos tribunais superiores;
- Argumentando com eficiência nos tribunais superiores: por escrito e oralmente.

Cumprimento das Decisões Judiciais e Processo de Execução (32 horas-aula)

O objetivo dessa disciplina é capacitar o(a) aluno(a) em habilidades e competências relacionadas à visão atual da tutela executiva, permitindo-o(a) utilizar com segurança os vários meios executivos presentes no Código de Processo Civil, identificar questões relacionadas aos riscos envolvendo o próprio título executivo judicial ou extrajudicial, a definição e sucessão das partes da execução, bem como a possibilidade e os limites da intervenção de terceiros no processo executivo. A disciplina dá ênfase, ainda, à solução de problemas envolvendo a responsabilidade patrimonial e os institutos relacionados à sua ampliação, como a fraude à execução e a desconsideração da personalidade jurídica, bem como aos atos executivos que apresentam as mais frequentes dificuldades nos casos concretos, além de abordar as formas de defesa do executado e a crescente tendência de desjudicialização da execução.

Temas que poderão ser abordados na disciplina:

- Execução: o “calcanhar de Aquiles” do processo. As diversas formas de execução. Meios executivos de coerção e sub-rogação;
- Título executivo judicial e extrajudicial. Questões relacionadas à certeza, liquidez e exigibilidade da obrigação;
- Partes e terceiros na execução;
- Da responsabilidade patrimonial à fraude à execução;
- Cumprimento provisório e cumprimento definitivo de sentença. Questões relativas à penhora, impenhorabilidade, avaliação, expropriação e concurso de credores;
- Meios de defesa do executado: exceção de pré-executividade, impugnação ao cumprimento de sentença, embargos à execução e ações autônomas de impugnação (defesa heterotópica);
- Suspensão e extinção da execução. Formas de desjudicialização da execução civil.

Contencioso Estratégico Empresarial (32 horas-aula)

Esta disciplina tem como escopo capacitar o(a) discente a: i) examinar os diversos institutos e técnicas processuais sob a perspectiva estratégica, analisando as opções à disposição do(a) advogado(a) em

situações concretas (hipotéticas e comuns na prática); ii) desenvolver habilidades e competências relacionadas à ponderação das vantagens e desvantagens dessas opções. A disciplina é focada no processo judicial de primeiro grau, especialmente nas decisões estratégicas mais comuns que o(a) advogado(a) precisa tomar.

Temas que poderão ser abordados na disciplina:

- Introdução ao contencioso estratégico e estratégias na definição do foro mais vantajoso para o ajuizamento da demanda no contencioso empresarial (abordando inclusive problemas ligados ao foro de eleição e casos de processos conexos em andamento);
- Estratégias na definição das partes, do pedido e da causa de pedir da demanda (abordando casos de dissolução de sociedade, exclusão de sócio, ação de responsabilidade dos administradores e da controladora, recuperação judicial e falência);
- Estratégias na elaboração das respostas do réu: meios de defesa processuais e de mérito, reconvenção e intervenções de terceiros provocadas pelo réu nas demandas do contencioso empresarial;
- Estratégias em relação à intervenção de terceiro no contencioso empresarial (abordando descon sideração da personalidade jurídica, assistência simples, assistência litisconsorcial, *amicus curiae* e embargos de terceiro);
- Uso estratégico das tutelas provisórias (de urgência e de evidência), nulidades e preclusões processuais no contencioso empresarial;
- Estratégias processuais quanto à instrução probatória no contencioso empresaria: Distribuição dinâmica dos ônus da prova, produção antecipada de prova e prova emprestada;
- Estratégias na audiência de instrução e julgamento: A colheita da prova oral e outros atos praticados na audiência. Audiência de instrução simulada.

Disciplinas Optativas (28 horas-aula)

Considerando a importância do desenvolvimento de habilidades nos(as) profissionais da área jurídica, o FGV LAW reservou uma parcela da carga horária do curso de pós-graduação para o aperfeiçoamento de competências já presentes no dia a dia da prática jurídica.

Com o propósito de promover maior interdisciplinaridade, instigar o protagonismo do corpo docente e provocar discussões alinhadas às necessidades do mercado de trabalho e da prática jurídica ou negocial, no decorrer do curso, os(as) alunos(as) receberão o leque de disciplinas optativas disponíveis, bem como informações referentes aos critérios de matrícula.

As disciplinas optativas serão compostas por alunos(as) de várias áreas jurídicas o que promoverá, portanto, *networking* diferenciado e espaços múltiplos para reflexões valiosas e conexões significativas.

[Acesse o Programa de Disciplinas Optativas dos cursos de Pós-Graduação Lato Sensu – 1º Semestre de 2024](#)

★★★ Avaliação

A média para aprovação em cada uma das disciplinas do curso é de 7 (escala de 0-10) e a aprovação está condicionada à presença mínima em 75% das aulas. Os critérios de avaliação são pormenorizados em cada programa de disciplina e seguem diretrizes estabelecidas pela Escola.

Corpo Docente

O corpo docente é formado por profissionais altamente qualificados, titulados e com rica experiência no mercado jurídico. O FGV LAW conta com professores(as) inspiradores(as) que aliam experiência acadêmica com atuação profissional especializada, trazendo para a sala de aula a realidade do mercado.

Para conhecer nosso corpo docente [clique aqui](#)

Investimento

PERÍODO DE MATRÍCULA	NÚMERO DE PARCELAS	VALOR DA PARCELA
06/10/2023 a 31/01/2024	1 (à vista)	R\$ 43.641,33
A partir de 01/02/2024	1 (à vista)	R\$ 48.005,46
06/10/2023 a 31/01/2024	1+17	R\$ 2.743,42
A partir de 01/02/2024	1+17	R\$ 3.017,76
06/10/2023 a 31/01/2024	1+25	R\$ 2.009,30
A partir de 01/02/2024	1+25	R\$ 2.210,24
06/10/2023 a 31/01/2024	1+29	R\$ 1.790,33
A partir de 01/02/2024	1+29	R\$ 1.969,37

- Conforme tabelas, pagamentos da primeira parcela realizados até 31/01/2024 receberão desconto sobre o valor do curso. Não há a possibilidade de prorrogação do desconto após esse período, mesmo que a inscrição tenha sido realizada antes dessa data.
- Em caso de opção pelo pagamento parcelado, as demais parcelas vencerão todo dia 10, sendo que a segunda parcela terá o vencimento para o dia 10 de março de 2024, independentemente da data da matrícula e da forma de pagamento escolhida ao realizar o pagamento da primeira parcela.

Processo Seletivo

O ingresso é realizado por meio de aprovação no Processo Seletivo, observados os procedimentos, condições, regras e critérios descritos no [Edital](#). O presente Processo Seletivo tem validade para o primeiro semestre letivo de 2024, não havendo reserva de vaga para semestres posteriores.

Período de Inscrições:

De 02/10/2023 a 20/02/2024

pelo site fgv.br/direitosp

Importante:

O Processo Seletivo é contínuo. Por essa razão, os cursos poderão ter suas inscrições encerradas antes do período previsto caso sejam preenchidas todas as vagas disponíveis.

Atenção: Os(as) interessados(as) deverão realizar sua inscrição, sem qualquer ônus financeiro, exclusivamente pela internet. É obrigatório o preenchimento de todos os campos solicitados na ficha de inscrição e a inserção de arquivo digital com o Curriculum Vitae do(a) candidato(a). Certifique-se que o currículo anexado esteja atualizado, inclusive com o detalhamento das atividades profissionais desempenhadas. Essas informações serão confrontadas com o público-alvo, os pré-requisitos (quando houver) e os objetivos do curso pretendido. Currículos extraídos da plataforma Lattes não serão considerados. Serão avaliados, conjuntamente, (i) a formação acadêmica, (ii) a experiência profissional e (iii) a correlação entre os objetivos do curso pretendido e a trajetória profissional do(a) candidato(a).

Seleção dos(as) Candidatos(as): O processo seletivo consiste em uma entrevista individual. Para que a entrevista ocorra de forma adequada, é imprescindível que o(a) candidato(a) observe a data e o horário previamente informados, além de preencher o formulário que será enviado por e-mail com questões a serem respondidas previamente à entrevista. Não serão atendidos(as) candidatos(as) fora do horário estabelecido. Na impossibilidade de comparecer, o(a) candidato(a) poderá realizar apenas 1 (um) reagendamento e caso não compareça na segunda oportunidade, terá o processo seletivo automaticamente cancelado para o curso pretendido no processo seletivo vigente.



(*) A aprovação no processo seletivo não garante vaga. A matrícula será confirmada após entrega de todos os documentos solicitados e efetivação do pagamento da primeira parcela do plano de pagamento ou ainda do curso à vista, conforme opção feita pelo(a) candidato(a) no Contrato de Prestação de Serviços Educacionais, em cumprimento das exigências do edital publicado.

Resultado: A divulgação do resultado será feita via comunicação eletrônica (e-mail) em até 10 (dez) dias úteis, contados do dia útil seguinte da realização da inscrição. É responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a) manter seus dados de contatos atualizados, acompanhar a divulgação dos resultados, averiguar sua eventual aprovação e conseqüente convocação para a matrícula.

Não haverá divulgação do desempenho dos(as) candidatos(as), nem sua classificação, apenas a informação quanto à aprovação ou não. O resultado no processo seletivo não é passível de recursos.

Mais informações:

Edital do Processo Seletivo 2024/1: [acesse aqui](#)

E-mail: fgvlaw@fgv.br

Atendimento por videochamada (conforme disponibilidade da equipe): [agende aqui](#)